

Governo negocia medida para

Jornal de Brasília • 5

Arnaldo Shultz

ter verbas

No início de outubro, quando o presidente Fernando Collor retornar da viagem que fará ao exterior, o governo deverá editar uma medida provisória para destinar créditos suplementares de Cr\$ 2,5 trilhões ao Executivo, Legislativo e Judiciário. Segundo o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, esta é a alternativa para superar o impasse criado pelo adiamento da votação, pelo Congresso, do Projeto de Revisão Orçamentária enviado pelo Executivo há mais de dois meses. Em outubro, muitos ministérios não terão dinheiro sequer para pagar seus funcionários.

Consultas
O Cabral lembrou que a palavra final será dada pelo presidente Collor. Mas o Governo já trabalha na elaboração da medida. "O deputado João Alves está discutindo o assunto com as lideranças partidárias no Congresso", informou. A questão será ainda estudada pelo Ministério da Economia e receberá o aval do ministério da Justiça. "Só então levaremos o assunto para a palavra final do presidente Collor", disse Cabral.

O Projeto de Revisão Orçamentária não foi ainda votado no Congresso por resistência do PDT e O PT. Eles se recusam a analisar a matéria sem que antes os parlamentares votem projetos salariais.

Legalidade
Na opinião do ministro, o uso de medida provisória não contraria a Constituição. Segundo Cabral, o artigo 167, parágrafo 3º da Constituição permite a utilização de medidas provisórias para abertura de crédito extraordinário destinado ao atendimento de "despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública". O deputado pefeleista garante que o caos na administração pública é prenúncio de calamidade pública.

A situação dos ministérios tribunais superiores e do próprio Congresso é cada vez mais crítica: não há dinheiro para pagar fornecedores ou comprar material e, dentro de um mês, não será possível pagar os salários dos funcionários. No projeto que apresentou a Comissão Mista de Orçamento, Alves destinou Cr\$ 1,6 trilhão (do total de Cr\$ 2,5 trilhões) à administração dos órgãos dos três poderes, "para evitar a calamidade pública".



O ministro Bernardo Cabral alerta que pode faltar recursos para pagar funcionários